



Revista de Políticas Públicas

E-ISSN: 2178-2865

revistapoliticaspUBLICAS@ufma.com

Universidade Federal do Maranhão

Brasil

Aparecida Coutinho, Joana

NA ROTA DO CAPITAL: a ideologia do desenvolvimento e os movimentos de resistência

Revista de Políticas Públicas, julho, 2014, pp. 207-211

Universidade Federal do Maranhão

São Luís, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=321131273020>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

NA ROTA DO CAPITAL: a ideologia do desenvolvimento e os movimentos de resistência

Joana Aparecida Coutinho

Universidade Federal do Maranhão (UFMA)

NA ROTA DO CAPITAL: a ideologia do desenvolvimento e os movimentos de resistência

Resumo: Este texto pretende abordar a ideologia do desenvolvimento e a relação do capital transnacional e os movimentos de resistência (alguns deles anti-imperialistas) que surgiram nos últimos anos, neste continente. Nesse sentido, coloca em xeque esse modelo de desenvolvimento, (apresentado como sinônimo de industrialização), mas extremamente excludente para a maioria da população.

Palavras-chave: Capital, ideologia do desenvolvimento, movimentos de resistência

IN THE CAPITAL ROUTE: the ideology of development and the resistance movements

Abstract: This text intends to approach the ideology of development and the relation between transnational capital and the resistance movements (some of them anti-imperialist) which arose in the last years, in this continent. In this sense, puts in check this model of development, (presented as synonymous of industrialization), but extremely exclusionary for the population majority

Keywords: Capital, ideology of development, resistance movements

Recebido em 25.11.2013 Aprovado em 06.01.2014

1 INTRODUÇÃO

Celso Furtado (1983, p.243), no livro *Teoria e Política do desenvolvimento econômico*, faz um importante resgate de como na criação do sistema de divisão internacional do trabalho os países se desenvolviam “[...] especializando-se em setores em que o progresso tecnológico penetrava com rapidez.” (FURTADO, 1983, p. 246). Os países periféricos seguem outro padrão de desenvolvimento; neste caso, ao especializar transformavam - se em

[...] importadores de novos bens de consumo, fruto do progresso tecnológico nos países “cêntricos”. O aumento da produtividade média no país “periférico” não se traduzia, em aumento significativo da taxa de salário; mas esse aumento de produtividade trazia necessariamente consigo elevação dos gastos em consumo e modificação qualitativa do padrão de vida da minoria proprietária e dos grupos urbanos profissionais e burocráticos (FURTADO, 1983, p. 246-247).

Segundo Furtado (1983), o desenvolvimento passou a ser confundido com importação de padrões culturais, “*modernização dos estilos de vida*”. Posto a dualidade entre os países “*periféricos*” e “*centrais*”, cabe salientar que na economia dependente existirá “[...] sob a forma de um ‘enclave’ social, um grupo culturalmente integrado nos subsistemas dominantes.” (FURTADO, 1983, p. 250). O dualismo furtadino tem uma dimensão cultural que se traduz em termos econômicos. É desta forma que se explica a origem do fenômeno do subdesenvolvimento, para o autor: na estrutura dualista um efeito do impacto da

[...] expansão capitalista de economia industrial europeia em direção às regiões já ocupadas, algumas densamente povoadas, e com sistemas econômicas seculares de variados tipos, todos de natureza pré-capitalista. O contato das vigorosas economias capitalistas com essas regiões dotadas de velhas estruturas sociais não se fez de maneira uniforme [...] (FURTADO, 2000, p. 196).

O subdesenvolvimento é “[...] um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram grau superior de desenvolvimento.” (FURTADO, 2000, p. 197).

Para Furtado, a fase superior do subdesenvolvimento é alcançada “[...] quando se diversifica o núcleo industrial, capacitando-se para produzir parte dos equipamentos requeridos para que se efetue o desenvolvimento.” (FURTADO, 2000, p. 202). Portanto, diz Furtado, o subdesenvolvimento não constitui uma etapa necessária do processo de formação das economias capitalistas. É,

[...] em si, uma situação particular, resultante da expansão dessas economias, visando a utilizar recursos naturais e de mão-de-obra de áreas de economia pré-capitalista. O fenômeno do subdesenvolvimento apresenta-se sob formas várias e em diferentes estágios.” (FURTADO, 2000, p. 203).

Para Pereira, (1978) a análise estruturalista do subdesenvolvimento — do qual destaca o trabalho de Furtado — apresenta um avanço da caracterização como categoria histórica. O problema desta análise é entender o tipo capitalista como se *realizando em âmbitos societários*, quando este se realiza em *âmbitos intersocietários*, ou ainda, *porque esta realização* do sistema societário, para os estruturalistas coincide com uma unidade geopolítica o

Capitalismo é tomado apenas depois de estar plenamente configurado no “centro” e, em decorrência, o capitalismo periférico aparece somente como resultante ‘tardia’ da expansão do capitalismo [...] deixando de tomar o capitalismo mercantilista como fase de gestação do capitalismo como modo de produção plenamente configurado, com que se passaria a visualizar o sistema capitalista realizando-se, desde o início de sua constituição histórica, como sistema (s) intersocietário (s); e então, as sociedades “periféricas” deste sistema, revelar-se-iam, já na etapa de gestação dele, como diferenciações internas ou subsistemas de sistemas globais intersocietários capitalistas (PEREIRA, 1978, p. 57).

Os projetos sociais de desenvolvimento diferem pelo seu

Conteúdo na medida em que propõem, cada um diversas modalidades de progressismo-não-negador do capitalismo e diversas modalidades de negação do capitalismo. Neste contexto é que ganha pleno significado a afirmação de que a “problematicidade” do subdesenvolvimento é, em boa parte, a “problematicidade” da persistência histórica do capitalismo como forma de vida (PEREIRA, 1978, p. 71).

Segundo Giovanni Arrighi (1997), a rápida industrialização dos Estados comparativamente pobres foi, em geral, considerada em seu valor nominal como o equivalente de *desenvolvimento*. Para o autor, para entender a complexidade desse tema, ou seja, há países ricos em processo de desindustrialização e o contrário, é necessário abandonar o postulado de que industrialização é sinônimo de desenvolvimento.

Apenas uma minoria da população mundial desfruta da riqueza democrática e o faz somente por meio de uma luta perene contra as tendências excludoras e exploradoras através das quais a riqueza oligárquica dos Estados do núcleo orgânico é criada e reproduzida (ARRIGHI, 1997, p. 218).

O aumento súbito do proletariado no mundo criou tensões e contradições que irão influenciar decisivamente a política da economia mundial. A semiperiferia é o epicentro dessas tensões e contradições. Processos generalizados de proletarização e industrialização dotaram o proletariado industrial da semiperiferia de um poder social comparável àquele anteriormente desfrutado pelo proletariado do núcleo orgânico, mas num contexto nacional de privação relativa há muito esquecido nos Estados do núcleo orgânico. Essa combinação de poder social proletário e privação relativa está na raiz da crise geral de ditaduras que varreu a semiperiferia nas décadas de 70 e 80 do século XX.

O fato de os Estados semiperiféricos enquanto grupo não conseguirem alcançar os padrões nacionais de riqueza estabelecidos pelos Estados do núcleo orgânico não significa que classes ou grupos específicos no interior da semiperiferia não desfrutem de padrões de riqueza análogas àqueles de seus sucedâneos no núcleo orgânico. Essas frações não menos numerosas em relação à população total, do que no núcleo orgânico, mas são igualmente ricas. O outro lado da moeda foi uma pobreza maciça para as classes mais baixas da semiperiferia que se assemelha ou mesmo excede àquela de suas sucedâneas na periferia (ARRIGHI, 1997, p. 234).

Confrontadas com esse tipo de extrema desigualdade na distribuição da riqueza pessoal, os regimes autoritários da semiperiferia do sul da Europa e latino-americana, geralmente desempenharam uma de duas funções: 1) protegeram a acumulação e o gozo da riqueza oligárquica pelas classes alta e média das exigências e lutas das massas excluídas e exploradas; 2) regularam a transferência de riqueza oligárquica de uma fração para outra das classes alta e média (ARRIGHI, 1997).

Brandão (2007) ao apontar os equívocos de uma interpretação localista do desenvolvimento que depositam na vontade “*dos atores sociais*” um “*determinado recorte territorial todos os requisitos de superação do subdesenvolvimento*”, alerta que

É preciso ter clareza da potência da divisão social do trabalho no capitalismo (que flui e se impõe em todas as escalas espaciais), realizando o enquadramento e hierarquização de relações, processos e estruturas, a partir dos núcleos centrais de poder e de decisão. [...] o real poder de iniciativa de “*endogenia de desenvolvimento*” é limitadíssimo.

Distorcer determinada correlação de forças hegemônicas, posta em determinado tempo-espço, é enfrentar a força coercitiva de determinado “bloco histórico” com enorme direção persuasiva cultural-ideológica sobre o conjunto, exercida no interior de uma determinada aliança (BRANDÃO 2007, p. 202-203)

No Brasil, diz o autor, essa aliança é “[...] marcada por um traço férreo das elites que trava a perspectiva de avanço material e civilizatório e bloqueia os processos de inclusão social e construção de cidadania.” (BRANDÃO, 2007, p. 203). Para Bresser-Pereira (2006), o uso de uma estratégia nacional de desenvolvimento é mais claro para os países que, como a Alemanha e Japão, não passaram pela experiência de serem colônias. O mesmo não se passa com os países como o Brasil e os demais da América Latina que ao se tornarem independentes formalmente, continuaram dependentes ideologicamente do centro. Segundo o autor, a estratégia de desenvolvimento passa pela construção do estado nacional e, que as elites locais na América Latina “[...] aceitam os conselhos e as pressões vindas do Norte e [...] sem estratégia nacional de desenvolvimento vêem seu desenvolvimento estancar”. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 9). Para o autor, vivemos hoje, um “*novo desenvolvimentismo*” diferente do que vigorou entre os anos 1930-1970; uma das características destacadas está no fato de que o novo desenvolvimentismo não é protecionista.

[...] Supõe que os países de desenvolvimento médio já superaram a fase da indústria infante e exige que as empresas sejam competitivas em todos os setores industriais aos quais se dedicarem, e que, em alguns, sejam especialmente competitivas para poderem exportar. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 14).

Outra característica está no papel atribuído ao Estado, de garantir o bom funcionamento do mercado e prover as condições gerais da acumulação do capital. A diferença, segundo Bresser-Pereira, é que no desenvolvimentismo da década de 1950

O Estado tinha papel fundamental de promover a poupança forçada, contribuindo, dessa forma, para que os países completassem seu processo de acumulação primitiva. Tinham também o papel de investir diretamente nas áreas de infra-estrutura e indústria pesada, nas quais os valores necessários eram muito elevados, não havendo poupança suficiente no setor privado. Este quadro mudou desde os anos 1980. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 15).

No novo desenvolvimentismo, embora a presença do Estado seja crucial, na promoção da poupança forçada e no investimento em setores estratégicos, o setor privado nacional tem recursos e capacidade empresarial (BRESSER-PEREIRA, 2006). Para o autor,

O novo desenvolvimentismo rejeita a tese neoliberal de que o “Estado não tem mais recursos”, porque o Estado ter ou não ter recursos depende da forma pela qual as finanças do aparelho estatal sejam administradas. Mas entende que, em todos os setores em que haja competição razoável, o Estado não deve ser investidor, mas tratar de defender e garantir a concorrência. Mesmo excluídos esses, sobram ainda muitos investimentos a serem realizados pelo Estado, financiados pela poupança pública e não por endividamento. Em síntese, refletindo, novamente, o estágio diferente em que se encontram os países de desenvolvimento médio, o novo desenvolvimentismo vê o mercado como uma instituição mais eficiente, mais capaz de coordenar o sistema econômico do que viam os antigos desenvolvimentistas, embora esteja longe de ter a fé irracional da ortodoxia convencional no mercado. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p.16).

Assim, como o conceito de desenvolvimento é complexo e implica uma relação desigual, também o conceito de região precisa ser explicitada. Utilizaremos, aqui, o conceito de região, definida por Francisco de Oliveira (1981). Segundo o autor, a região pode ser pensada sob qualquer ângulo das diferenciações econômicas, sociais, políticas, culturais, geográficas, históricas; ele privilegia um conceito que

“[...] se fundamente na especificidade da reprodução do capital, nas formas que o processo de acumulação assume, na estrutura de classes e do conflito social em escala mais geral. Desse ponto de vista podem e existem várias “regiões” em determinado espaço nacional.” (OLIVEIRA, 1981, p. 27).

Como se constitui a região? É o modo de produção capitalista que preside a constituição das *regiões* e dentro dele, [...] as regiões são apenas espaços socioeconômicos onde uma das formas do capital se sobrepõe às demais. (OLIVEIRA, 1981, p. 30).

O desenvolvimento nos países de capitalismo periférico revela uma desigualdade desmesurada, principalmente se levarmos em consideração as condições em que boa parte da população está submetida. Ou seja, as mudanças causadas pela presença do grande capital não significa melhorias

nas condições reais de vida, como a saúde, educação, habitação, transporte etc. Ao contrário, na maioria das vezes, significa que as parcas condições de vida dos trabalhadores tendem a piorar se estão na *rota do capital*. A ideia de que o crescimento econômico reduziria a pobreza e as desigualdades sociais, como afirma Jean-Marie Harribey (2004),

[...] o crescimento capitalista é necessariamente desigual e destrutivo, na mesma medida em que é criador, alimentando-se das desigualdades para suscitar ininterruptamente frustrações e novas necessidades. Ainda, segundo o autor: [...] para todos os ideólogos do crescimento tomados pela cegueira, a ecologia - que significa levar em conta as relações do ser humano com a natureza - não existe: a atividade econômica se efetua in abstracto, fora da biosfera. (HARRIBEY, 2004).

Na década de 2000 ressurgem vários movimentos de resistência: aos efeitos da implantação das políticas neoliberais. Alguns desses movimentos são formas de resistência às políticas neoliberais implantadas na década de 1990 que acelera, ainda mais, o processo de empobrecimento dos trabalhadores e, a esse modelo de desenvolvimento que descrevemos há pouco.

Sem entrar no polêmico debate sobre o conceito *movimentos sociais*, assinalamos, apenas, a atenção ao que pondera Zibechi (2008, p. 28) “[...]el concepto de movimiento social parece un obstáculo adicional para afinar la comprensión de la realidad de las barriadas”. Zibechi assinala que García Linera considera que os movimentos sociais têm, todos eles, além do tempo e lugares,

[...] três componentes: una estructura de movilización o sistema de toma de decisiones, una identidad colectiva o registros culturales, y repertorios de movilización o métodos de lucha. (GARCIA LINERA apud ZIBECHI, 2008, p. 29).

A questão levantada por Zibechi (2008, p. 29) é que

Con ese marco analítico apenas se pueden abordar algunos pocos movimientos: los institucionalizados, los que tienen una estructura visible y separada de la cotidianidad, los que eligen dirigentes y se dotan de un programa definido y en función de sus objetivos establecen formas de acción. Pero el grueso de los movimientos no funcionan de esa manera. En las periferias urbanas, las mujeres pobres no se suelen dotar de las formas que reviste un movimiento social según esta teorización, y sin embargo juegan un

papel importante como factor de cambio social.

Outro aspecto ao tratar dos *novos movimentos sociais* é pensar de que forma estes movimentos se re-apropriam da cidade — mesmo porque neste embate, são desapropriados pelo grande capital —. Lefebvre n' O direito á cidade assinala para a questão do desenvolvimento e da urbanização. E, para o autor, a

[...] estratégia urbana baseada na ciência da cidade tem necessidade de um suporte social e de forças políticas para se tornar atuante. Ela não age por si mesma, Não pode deixar de se apoiar na presença e na ação da classe operária, a única capaz de pôr fim a uma segregação dirigida essencialmente contra ela. Apenas esta classe, enquanto classe, pode contribuir decisivamente para a reconstrução da centralidade destruída pela estratégia de segregação e reencontrada na forma ameaçadora dos "centros de decisão". Isto não quer dizer que a classe operária fará sozinha a sociedade urbana, mas que sem ela nada é possível. (LEFEBVRE, 1991, p. 112).

Os levantes que pipocaram no Brasil, em junho, colocaram em xeque esta forma de urbanidade que é extremamente excludente. Mas ao mesmo tempo em que apontam para o que não se quer, não se sabe muito bem os rumos que vão seguir. Resta saber, e é nossa indagação, se estes movimentos de resistência avançam para movimentos antisistêmicos.

REFERÊNCIAS

ARRIGHI, Giovanni. **A ilusão do desenvolvimento**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento**: as múltiplas escalas entre o local e o global. Campinas, SP: Unicamp, 2007.

BRESSER-PEREIRA, Luis Carlos. O novo desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional. In: **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 20, n. 3, p. 5-24, jul./set. 2006.

CARDOSO, Fernando Henrique e FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1970.

FURTADO, Celso. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico**. 8. ed. São Paulo: Nacional, 1983.

HARRIBEY, Jean-Marie. **Desenvolvimento não rima necessariamente com crescimento**. Disponível em <http://diplo.org.br/2004-07,a949>. Acesso em: 20 de Jun. 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.

OLIVEIRA, Francisco (1981). **Elegia para uma Re (li)gião**: Sudene, Nordeste, Planejamento e conflito de classes. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Joana A. Coutinho

Cientista Social
Doutora em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP)
Professora da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
E-mail: joaninhacoutinho@hotmail.com

Universidade Federal do Maranhão - UFMA

Cidade Universitária do Bacanga
Avenida dos Portugueses, 1966-Bacanga
85.085-580- São Luís-Ma